

“Gás: nem na Bajouca, nem em lado nenhum”: *performances* políticas do *Camp-in-Gás*, *Acampamento de Ação contra o Gás Fóssil e pela Justiça Climática*

Catarina Leal

O presente artigo debruça-se sobre o conflito socioambiental que opôs movimentos sociais ecologistas a um projeto de *fracking* na Bajouca, perto de Leiria, e, em especial, sobre um dos eventos, ocorrido entre 17 a 21 de julho de 2019, que marcou este conflito: o *Camp-in-Gás*, *Acampamento de Ação contra o Gás Fóssil e pela Justiça Climática*. A partir de uma etnografia militante realizada neste acampamento, analisarei o perfil das pessoas e grupos que participaram nele, o seu modo de organização, o seu conteúdo ideológico, bem como as formas de protesto aí desenvolvidas, ocupando-me, sobretudo, das suas dimensões simbólicas e performativas. Neste âmbito pondero as *performances* políticas como um momento de quebra temporária com a normatividade e afiro quais as limitações e as potencialidades destas *performances* para a transformação material das sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia da *performance*, ecologia política, etnografia militante, movimentos sociais, *fracking*.

“Gas: not in Bajouca, not anywhere”, political performances on *Camp-in-Gás*, *Action Camp for Climate Justice and against Fossil Gas* ♦ This paper aims to address the socio-environmental conflict that opposed ecological social movements to a fracking project in Bajouca, near Leiria (Portugal), and, specifically, regarding one event, which took place between 17th to 21st July 2019: *Camp-in-Gás*, *the Action Camp for Climate Justice and against Fossil Gas*. Based on a militant ethnography carried out in this camp, I will analyze the profile of the people and groups that participated in it, the way the camp was organized, its ideological content, as well as the forms of protest developed there, focusing, above all, on its symbolic and performative dimensions. In this regard, I consider political performances as a moment of temporary break with normativity and assess the limitations and potential of these performances for the material transformation of societies.

KEYWORDS: Anthropology of performance, fracking, militant ethnography, political ecology, social movements.

LEAL, Catarina (catarina_leal@iscte-iul.pt) – Iscte-IUL, NOVA-FCSH, CRIA, Lisboa. ORCID: 0009-0009-3329-5179. CRedit: concetualização, investigação, redação do rascunho original, redação – revisão e edição.

INTRODUÇÃO

No âmbito da minha pesquisa “Festas dos Maios e manifestações ecologistas: natureza e património na região do Algarve”,¹ do programa de doutoramento em Antropologia, Políticas e Imagens da Cultura e Museologia (promovido pelo Iscte-IUL e pela NOVA-FCSH, de Lisboa), acompanhei entre 2019 e 2021 diversas ações organizadas por pessoas e grupos dos chamados movimentos sociais, não apenas no Algarve, mas também em diferentes zonas do país. Entre 17 e 21 de julho de 2019 estive presente no *Camp-in-Gás, Acampamento de Ação contra o Gás Fóssil e pela Justiça Climática*, na Bajouca, perto de Leiria, contra um projeto de *fracking* naquela zona.

Este trabalho de campo de curta duração pode ser perspetivado como uma etnografia militante. A expressão surgiu, pela primeira vez, num artigo de Nancy Scheper-Hughes (1995: 419-420), em que a antropóloga nos convida a repensar o papel da Antropologia como um campo de ação e de resistência, afirmando a importância de as antropólogas se posicionarem política e publicamente acerca dos assuntos que investigam. Jeffrey Juris (2007: 164) retomou esta proposta, escrevendo que “a etnografia militante envolve uma forma politicamente engajada e colaborativa de observação participante realizada de dentro, em vez de fora, dos movimentos de base”. Apesar de não pertencer a nenhum dos grupos que organizou e participou no *Camp-in-Gás*, estive comprometida de duas formas. Por um lado, o presente artigo integra colaborativamente materiais e contributos destes interlocutores, reconhecendo que uma parte representativa dos/as militantes dos movimentos sociais são autorreflexivos e produzem e publicam as suas próprias análises sobre as suas práticas. Adicionalmente, durante aquele acampamento tornei-me numa praticante ativa das ações políticas do *Camp-in-Gás*: inscrevi-me num grupo de trabalho dedicado à comunicação do evento, assisti a oficinas e conversas, entrevistei 18 pessoas e participei numa sessão de formação em “desobediência civil”. Esta destinava-se a quem quisesse participar num dos blocos da manifestação do dia 20 de julho, que executaria uma ação direta. Para além destas duas vias de comprometimento, procurei redigir este texto num registo discursivo acessível, explicando alguns dos conceitos científicos evocados: “Podemos escrever livros que vão contra a corrente evitando prosa impenetrável [...] para sermos acessíveis às pessoas que dizemos representar” (Scheper-Hughes 1995: 420).

O presente artigo tem como ponto de partida esta etnografia militante. Analisando aspetos como o perfil das participantes, a organização do acampamento, o seu ideário político e as suas ações, desenvolvo uma reflexão que convoca propostas teóricas dos campos da ecologia política e da antropologia da *performance*.

1 Disponível em < <https://giestas.weebly.com> > (última consulta em setembro de 2025).

No âmbito da ecologia política, sublinho a agencialidade das comunidades afetadas por incursões extrativistas (Little 2006; Muniz 2009; Roberts 2020). Em concreto, acompanhei os fenómenos de resistência e as ações de protesto contra o projeto de *fracking* na Bajouca durante o acampamento em análise. Os grupos organizados da Bajouca, bem como os grupos seus aliados, integram, em conjunto, o que podemos apelidar movimentos sociais. Julgo ser pertinente especificar este conceito também porque, em parte, alguns dos próprios participantes no acampamento se autorreferenciam como integrantes dos movimentos sociais. A minha abordagem tem presente não só a bibliografia mais recente relativa aos movimentos sociais (Cini 2017; Salman e Assies 2017; Apostolopoulou e Cortes-Vázquez 2019), mas sobretudo as propostas de Donatella della Porta e Mario Diani (2006 [1999]) e o conceito de “novíssimos movimentos sociais” elaborado por Jeffrey Juris, Pereira e Feixa (2012).

Como se verá adiante, os grupos que participaram no acampamento constituem-se como “redes informais de interação, baseadas em crenças comuns e em solidariedade, que se mobilizam a propósito de questões fraturantes, através do recurso frequente a várias formas de protesto” (della Porta e Diani 2006 [1999]: 16). Concomitantemente, estes grupos assumem características que os aproximam da subcategoria dos novíssimos movimentos sociais: ganham uma escala global e transnacional, em articulação com os contextos locais; passam a utilizar as novas tecnologias de informação e de comunicação; articulam interseccionalmente reivindicações económicas e identitárias; desenvolvem formas de ação não tradicionais, com elevada carga simbólica e performativa; criam novas formas de organização, que podem ser informais e/ou efémeras; e combinam diversas culturas políticas e modos de organização sob uma estrutura comum.

A abordagem no âmbito da antropologia da *performance* tem em vista, precisamente, a análise de algumas características das ações políticas coletivas em apreço, levadas a cabo durante o acampamento. Neste sentido, perspetivo-as como momentos altamente ritualizados, repletos de simbologia e performatividade, que desencadeiam uma quebra temporária com a normatividade, podendo-se indagar que mudanças íntimas e/ou públicas poderão desencadear (Juris 2008, 2014; Raposo 2014, 2017; Schechner 2012; Turner 1969, 1988, 1990, 2012 [1982]).

ORGANIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO: *HARDWARE*, *SOFTWARE* E CONTEÚDO

A preparação do acampamento implicou a realização de 14 assembleias abertas ao longo de seis meses, em Lisboa, no Porto e na Bajouca, dinamizadas sobretudo por pessoas pertencentes a coletivos e associações responsáveis pela organização do *Camp-in-Gás*: a Associação Bajouquense para o Desenvolvimento, a Academia Cidadã, a Climate Save Movement Portugal, a Climáximo, a campanha

Linha Vermelha, o Movimento do Centro contra a Exploração do Gás e o Peniche Livre de Petróleo. Outros grupos, apesar de não fazerem parte da organização, declararam o seu apoio ao acampamento, tais como a Associação para a Descoberta da Europa, Greve Climática Estudantil, Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, Museu do Casal, Praxis Magazine, Quercus, Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, Tamera, Plataforma TROCA. O acampamento foi composto por pessoas que faziam parte destes coletivos e/ou organizações, e por outras sem filiação militante formal em nenhum grupo. Cerca de 200 pessoas participaram no *Camp-in-Gás* e, a partir de uma das dinâmicas realizada durante o plenário de ação, decorrido no dia 18 de julho de 2019 – “*Briefing* sobre a ação e as formações de acção + jogo: ‘Quem somos? Porque viemos?: um sociodrama como apresentação’” – foi possível compreender que, não obstante a heterogeneidade de perfis das participantes, a maioria tinha menos de 30 anos e era estudante nos ensinos secundário e/ou superior. Por outro lado, foi notório que estas pessoas provinham de várias localidades portuguesas e de vários países, e que na sua maioria se identificavam com o género feminino, tendência que se verifica em vários conflitos desta natureza. Com efeito, a militância das mulheres e o seu papel de resistência à exploração ambiental tem sido reavaliada ao longo das últimas décadas. Criticando leituras essencialistas de género, estudos mais recentes têm ponderado esta militância sobretudo a partir da relação que as mulheres mantêm com os recursos naturais e os territórios ao seu redor, devido aos papéis que lhes são socialmente atribuídos, como provedoras e cuidadoras das suas comunidades (MacGregor 2017).

À imagem de outros movimentos sociais, o *Camp-in-Gás* não se constituiu enquanto organização formal ou partido político, representando antes uma rede informal de elementos que, apesar das suas diferenças, confluíram numa estrutura comum, auto-organizada (della Porta e Diani 2006 [1999]; Juris, Pereira e Feixa 2012). Perante esta diversidade, as decisões foram sendo tomadas por consenso moderado: “a assembleia decide tudo por consenso e depois há um processo consultivo com as organizações envolvidas”.²

Nestas assembleias preparatórias foram estipulados três grupos de trabalho principais, *hardware*, *software* e conteúdo, a partir dos quais se foram formando subgrupos. O *hardware* seria responsável pela logística do espaço, englobando áreas como os transportes, a cozinha ou as casas de banho. O *software* ocupar-se-ia das inscrições, da coordenação de voluntárias, da comunicação, do financiamento, etc. O conteúdo dedicar-se-ia à programação do evento. Cada pessoa participaria, voluntariamente, na construção, manutenção e dinamização do acampamento, inscrevendo-se num dos subgrupos de acordo com os seus interesses.

2 Climáximo, 16/07/2019, “Assuntos práticos sobre o Camp-in-Gás”. Disponível em: <<https://www.climaximo.pt/2019/07/16/assuntos-praticos-sobre-o-camp-in-gas/>> (última consulta em setembro de 2025).

Hardware

“Para mim, a importância deste acampamento, para além de toda a luta por justiça climática e pelo fim dos combustíveis fósseis, é também conseguirmos habituar-nos a novas organizações de sociedade, tipos de sociedade autossustentáveis e ecológicas, tal como nós tentamos que este acampamento seja.” [Gil 2019]

O *Camp-in-Gás* representou, para muitas pessoas, uma tentativa de pôr em prática formas alternativas de organização em comunidade. Todo o acampamento seguia um conjunto de normas sociais decididas coletivamente, “tentativas de transformar as normas existentes” (della Porta e Diani 2006 [1999]: 12-13), que visavam substituir regras hegemónicas consideradas obsoletas ou retrógradas pelo grupo. Idealmente, as práticas do acampamento visavam a construção de uma comunidade mais justa. As formas de chegar ao acampamento foram pensadas em função da sua sustentabilidade ecológica: foram disponibilizadas carrinhas entre a estação de comboio do Pombal e o parque de merendas do Pisão, o local do *Camp-in-Gás*; foram também organizados uma bicicletada e um esquema de boleias partilhadas – através do qual eu cheguei ao acampamento. A organização da cozinha esteve a cargo da associação Caldeira Negra, que garantiu comida vegana, local e biológica. Com a participação do subgrupo de voluntárias que foram cozinhando, servindo pratos e lavando a louça, foram confeccionadas, diariamente, cerca de 400 refeições. As casas de banho preexistentes no recinto foram sinalizadas como sendo “sem género”. Para além disso, as voluntárias construíram também casas de banho secas.

Software e conteúdo

Durante o trabalho de campo, participei no *software*, no subgrupo dedicado à comunicação, tendo integrado a equipa que produziu vídeos do acampamento. Este subgrupo era um dos maiores do acampamento, o que poderá refletir outra das características dos movimentos sociais a partir da década de 1990: o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação (Juris, Pereira e Feixa 2012).

Por seu turno, o grupo conteúdo estava incumbido de pensar o programa de atividades a realizar durante o acampamento. Este obedecia a um mote em que simbolicamente se davam novos significados aos três “r” comumente difundidos – reciclar, reduzir e reutilizar –, transformando-os em “r” mais adequados àquela organização: repensar, designando as palestras e os debates; resistir, referindo-se à manifestação e à ação de desobediência civil; regenerar, relativo às oficinas.

Os diferentes espaços do acampamento foram também renomeados, atribuindo-se novos significados ao território do Pisão. Na parte superior do terreno, encontrava-se a receção e o salão Greta Thunberg, onde existia a cozinha

e decorriam refeições e plenários; no exterior deste edifício, o palco Marielle Franco deu lugar a concertos e festas noturnas. Na parte inferior do acampamento foram sinalizados os espaços para montar as tendas e os espaços reservados para a realização de atividades e oficinas, todos eles nomeados em homenagem a ecologistas assassinadas pelo seu trabalho militante: o espaço Fernando Pereira – luso-neerlandês e membro da *Greenpeace* – onde iria acontecer uma oficina de carpintaria, outra de escrita criativa e uma conversa sobre a crise climática; o espaço Berta Cáceres – líder indígena hondurenha – onde estavam concentradas conversas sobre a floresta, sobre a história do movimento antinuclear português, sobre justiça social, entre outros temas; o espaço Samir Flores – camponês mexicano indígena – acolheu oficinas de plantas comestíveis, compostagem, entre outras atividades.³ As duas últimas homenagens – a Berta Cáceres e Samir Flores – podem ser interpretadas como um gesto de aproximação ao que Martínez-Alier (1995) apelida “ambientalismo dos pobres”. Este conceito tem sido utilizado para denominar lutas em contextos rurais, protagonizadas principalmente por comunidades indígenas, movidas por preocupações materiais locais, face a lógicas de desapropriação ambiental e política. No entanto, ele abrange também lutas de outras pessoas e grupos, por exemplo, contra barragens ou contra a plantação de monoculturas de árvores. Assim, o termo “ambientalismo dos pobres” serve para referir lutas locais, motivadas pela defesa dos meios de subsistência material (Molina e Martínez-Alier 1993; Martínez-Alier e Naron 2004; Martínez-Alier *et al.* 2016).

“Estes furos não só ameaçam um planeta habitável para todas e todos, mas também prejudicam os solos, a água e a agricultura na zona, com uma indústria altamente poluente. Ao mesmo tempo, o sector das energias renováveis, que podia gerar muito mais empregos e energia limpa, está em decréscimo.” [Climáximo]⁴

No *Camp-in-Gás* as pessoas dos diferentes grupos, em comum, lutaram também pelo fim dos contratos de prospeção e exploração de petróleo e gás previstos para a Bajouca e para Aljubarrota, concessionados à empresa Australis. Este conflito parece ter sido movido, em grande parte, por assimetrias no acesso às instâncias de poder e de decisão que determinam transformações no território

3 Climáximo, 01/07/2019, “Os espaços no Camp-in-Gás”. Disponível em: < <https://www.climaximo.pt/2019/07/01/os-espacos-no-camp-in-gas/> > (última consulta em setembro de 2025).

4 “Camp-in-gás, acampamento de ação contra gás fóssil e pela justiça climática, começa esta quarta-feira em Bajouca, Leiria”, 15/07/2019. Disponível em: < <https://www.climaximo.pt/2019/07/15/camp-in-gas-acampamento-de-accao-contragaz-fossil-e-pela-justica-climatica-comeca-esta-quarta-feira-em-bajouca-leiria/> > (última consulta em setembro de 2025).

e por questões materiais, relacionadas sobretudo com saúde pública, trabalho e condições de vida das populações (Barca e Delicado 2016; Guimarães 2018).

Neste sentido, a luta decorrida na Bajouca pode ser ainda contemplada como um conflito de distribuição ecológica ou como um conflito sobre justiça ambiental. O primeiro termo – conflito de distribuição ecológica – torna-se patente em algumas das reivindicações da população, referentes à equação custo-benefício do projeto extrativista, e à participação nos processos decisórios (Martínez-Alier e Naron 2004; Apostolopoulou e Cortes-Vázquez 2019). No entender dos grupos que se opuseram àquele projeto, os benefícios eram nulos e os custos astronómicos (perda de biodiversidade, destruição de património, de recursos naturais e de meios de subsistência da região). Para além disso, as oponentes ao projeto reivindicaram participar nos processos de decisão acerca dos seus territórios, rejeitando a decisão unilateral que lhes era imposta e que prejudicaria as suas vidas.

A expressão “justiça climática” ouviu-se também nos discursos das militantes, nas suas palavras de ordem, nos seus cartazes e faixas, integrando o próprio título do acampamento. Este termo parece equiparar-se ao termo “justiça ambiental”, nascido nos Estados Unidos, na década de 1980, no contexto de protestos contra o despejo de resíduos tóxicos em áreas afroamericanas urbanas ou periurbanas na Carolina do Norte. Militantes e académicos aliados desta causa, como o sociólogo afroamericano Robert Bullard, teorizaram sobre este termo, utilizando-o para designar uma luta que surge da consciência de que a degradação social e ambiental afeta de maneira desigual diferentes grupos humanos de acordo com distinções de classe, etnia, género e localização espacial (urbano/rural, centro/periferia, norte/sul) (Barca 2012; Martínez-Alier e Naron 2004; Martínez-Alier *et al.* 2016).

MANIFESTAÇÃO E AÇÃO: TRÊS DEDOS

“Sou a Marta [...] do Fridays for Future – Sevilha. [...] Neste contexto atual em que vivemos, de crise climática, social e civilizatória [*sic*], acreditamos que é muito necessário estarmos a apoiar-nos entre países, entre diferentes grupos locais, entre diferentes movimentos, e estarmos muito unidas porque estamos num estado de emergência.” [Marta 2019]

A estrutura organizativa e o conteúdo político do *Camp-in-Gás* são claramente inspirados num outro movimento internacional, o Ende Gelände. Surgido em 2015, este movimento de justiça climática tem promovido, entre outras iniciativas, ações de desobediência civil, ocupando uma ou duas vezes por ano minas de carvão na Alemanha. Alguns dos militantes presentes no *Camp-in-Gás* tinham já participado em ações do Ende Gelände e transpuseram algumas das suas experiências e conhecimentos para o contexto da Bajouca.

Respondendo à expansão de uma dinâmica corporativa de alcance transnacional, também os movimentos sociais têm ampliado as suas lutas a uma escala global, em articulação com os contextos locais. As redes de resistência face a ameaças socioambientais relacionam-se, assim, historicamente, com os movimentos anti ou alterglobalização, no sentido em que se apresentam como redes globais informais, alternativas à globalização económica e ao neoliberalismo (Juris, Pereira e Feixa 2012; Muniz 2009; Raposo 2017).

Nesse contexto, tal como testemunhou Marta da Fridays for Future – Sevilha, afluíram à Bajouca militantes estrangeiros que se solidarizaram com a causa do *Camp-in-Gás*. O carácter internacional da luta ecologista refletiu-se também na estratégia delineada para a manifestação e para a ação de desobediência civil.

Desde as assembleias preparatórias foi sendo consolidada a ideia de organizar três blocos de manifestação – também chamados de “dedos” (International Working Group of Ende Gelände 2020) – com tarefas e modos de atuação distintos. As manifestantes começaram a marchar juntas e, num dado ponto do percurso, dividiram-se em três blocos: verde, amarelo e cor-de-rosa. Cada bloco, distinguindo-se pelo código de cor presente nas faixas, bandeiras e outros adereços decorativos, assumiu diferentes frentes.

De acordo com um manual divulgado pelo International Working Group of Ende Gelände (2020: 4), um “dedo” é um grupo de várias centenas de pessoas com uma tarefa específica, com estratégias, estética e formas de atuação distintas, mas que, juntos, partilham um objetivo comum, ou seja, formam uma “mão”.

Bloco verde

No contexto do *Camp-in-Gás*, o dedo verde levaria uma faixa principal: “Gás: nem na Bajouca, nem em lado nenhum”, numa tentativa consciente de se demarcar de movimentos que seguem uma lógica meramente local, também chamada “NIMBY – *Not in My Back Yard*” (Fidélis e Figueiredo 2003). Este seria o bloco da manifestação pública, que envolvia uma ação militante de baixo risco (Juris 2008), a que todas as pessoas poderiam juntar-se – militantes da ação climática e população da Bajouca. Os campistas iniciaram a marcha pelas nove horas da manhã, partindo do Pisão, e encontraram-se com parte da população da Bajouca no centro da freguesia, no largo dos Treze, seguindo em conjunto até ao terreno onde a Australis planeava iniciar os furos de prospeção de gás fóssil.

Marcado por uma estética carnavalesca, este bloco contava com a animação da banda SambAcção, de Lisboa, grupo que integra os Rhythms of Resistance – Ritmos da Resistência –, uma rede internacional de bandas assumidamente anticapitalistas que usam a música como forma de participação em ações políticas, como manifestações e ações diretas. No seu texto de apresentação,

declaram que o seu objetivo é criar um “ambiente colorido, festivo, extravagante” e que se inspiram no carnaval para “confrontar e criticar os sistemas de dominação e apoiar directamente tod@s aquel@s que lutam contra a exploração, discriminação e opressão”.⁵ Para além de tocarem, dançarem, cantarem e gritarem, apresentam-se de forma lúdica: qualquer membro poderá usar saias, roupas cor-de-rosa, cuecas por cima de *collants*, adereços brilhantes, dourados ou prateados, fantasias ou outras máscaras e caras pintadas. A exuberância da sua estética contrasta fortemente, por um lado, com a formalidade de outros manifestantes ou militantes e, por outro, com a seriedade dos agentes da autoridade que normalmente acompanham as manifestações. Para além disso, a forma como se vestem desafia e desconstrói os padrões hétero-normativos ou de género ainda presentes na sociedade (Juris 2008). Na sua dimensão de brincadeira e jogo, esta *performance* política é, de facto, carnavalesca, no sentido em que expõe “o que está errado com a maneira como as coisas são” e representa aquilo que é desejado e esperado em termos de mudanças sociais (Schechner 2012: 195). Como sugere Mikhail Bakhtin (1984: 10), “o carnaval celebrava a libertação temporária da verdade prevalecente e da ordem estabelecida; marcou a suspensão de todos os níveis hierárquicos, privilégios, normas e proibições”. Nessa medida, as *performances* políticas podem ser uma guerra, mas também são uma diversão (Schechner 2012).

Bloco amarelo e bloco cor-de-rosa

Os outros dois dedos – amarelo e cor-de-rosa – estavam incumbidos de executar a ação direta de desobediência civil prevista para este dia, anunciada como uma ação combativa, festiva e pacífica,⁶ que iria implicar cortar estradas, invadir o terreno concessionado à Australis, parar eventuais máquinas que pudessem estar em funcionamento, decorar o espaço com faixas com palavras de ordem ecologistas, e plantar dezenas de árvores, cuja rega ficaria a cargo de pessoas da Bajouca.

O bloco amarelo levava uma faixa frontal onde se lia “Não há emprego num planeta morto. Justiça Climática!” e ficou responsável por uma primeira entrada no terreno, o que constituía uma ação de maior risco (Juris 2008). Por seu turno, o bloco cor-de-rosa, levando a faixa frontal “Gás fóssil: transição para a catástrofe”, tinha as tarefas de empreender eventuais manobras de distração e de entrar no terreno em segundo lugar. Seria, portanto, um bloco de risco intermédio (Juris 2008), que serviria, essencialmente, como um bloco de apoio ao bloco amarelo.

5 Ritmos da Resistência, s. d., “Quem somos”. Disponível em: < <https://ritmosresistencia.wordpress.com/about/> > (última consulta em setembro de 2025).

6 Climáximo, 15/07/2019, “A ação no Camp-in-Gás”. Disponível em: < <https://www.climaximo.pt/2019/07/15/a-accao-no-camp-in-gas/> > (última consulta em setembro de 2025).



Figura 1 – Manifestação do Camp-in-Gás contra os furos de gás. Bajouca, 20 de julho de 2019.

A participação em qualquer um destes dois blocos implicava uma maior preparação das pessoas integrantes. Todas deveriam ter participado nas sessões de formação sobre desobediência civil promovidas no acampamento e nas assembleias plenárias onde se decidiu conjuntamente o que fazer naquele dia, para que estivessem informadas sobre os procedimentos a assumir durante a ação. Cada pessoa estava inserida num “grupo de afinidade”, ou seja, um conjunto de pessoas – geralmente quatro – que deveriam permanecer juntas durante a ação. Caber-lhes-ia tomar decisões em conjunto, estarem atentas, prestarem apoio emocional e cuidarem-se mutuamente, principalmente em possíveis situações de detenção ou de ferimentos. Segundo a definição de grupos de afinidade presente no manual do International Working Group of Ende Gelände (2020: 3), estes podem refletir compromissos de longo prazo ou temporários: alguns existem há vários anos, enquanto outros são constituídos nas próprias ações, dissolvendo-se com o seu término – como foi o caso do grupo de afinidade em que participei. Esta flexibilidade organizativa corresponde a mais uma característica dos movimentos sociais: criam formas de organização que podem ser efêmeras e certos núcleos poderão ser formados apenas temporariamente, para determinados propósitos (Juris, Pereira e Feixa 2012).

Num dado ponto do percurso, os blocos amarelo e rosa separaram-se da manifestação geral (bloco verde) e assumiram dois caminhos diferentes, em direção ao terreno da Australis. A meio caminho, deveriam vestir macacões brancos e colocar máscaras de proteção facial, elementos reconhecidamente

utilizados noutros protestos internacionais. Aquela indumentária poderá servir para proteção física contra sujidades ou produtos tóxicos – como o gás lacrimogénico por vezes usado pela polícia –, ou também para anonimizar as militantes, dificultando a sua identificação por parte das autoridades (International Working Group of Ende Gelände 2020). Mas, para além disso, ela pertence a um conjunto de “tradições” e de táticas historicamente associadas às práticas de desobediência civil que são aqui replicadas conscientemente e, de certa forma, homenageadas (International Working Group of Ende Gelände 2020). O macacão branco foi utilizado pela primeira vez em Milão, em 1994, no contexto de um protesto contra o despejo de uma casa ocupada. Em 1997, aquela indumentária começou a ser utilizada por um movimento social italiano, o Tute Bianche, que organizou ações de desobediência civil entre 1994 e 2001 (Azzellini 2009: 1007).

Os macacões brancos pretendem também construir um significado e apresentar uma imagem para o exterior. A cor branca poderá refletir várias ideias, sendo uma delas “tornar visível o invisível”, ou seja, dar visibilidade a todas as pessoas da sociedade que se encontram invisibilizadas (Juris 2008; Azzellini 2009). A imagem criada de centenas ou milhares de pessoas que vestem a mesma roupa pretende refletir um espírito de coesão, de resistência e de dissidência, com carga espetacular e performática: “A tática do macacão branco foi projetada para criar imagens evocativas de resistência, ao mesmo tempo que gera sentimentos poderosos de solidariedade afetiva por meio da concentração de corpos absurdamente decorados no espaço” (Juris 2008: 72-73).

As 120 pessoas que compunham os dois blocos – amarelo e rosa – conseguiram cumprir a ação que se tinham proposto: entraram no terreno da Australis, plantaram cerca de 70 árvores (entre pinheiros mansos, sobreiros e azinheiras), gritaram palavras de ordem e deixaram mensagens escritas, entre elas, a mais visível, declarava: “Justiça Climática Já!”. No momento da entrada no terreno, as pessoas do bloco verde, que já se encontravam junto às vedações de madeira que cercavam o terreno da Australis, aplaudiram entusiasticamente a ação.

PERFORMATIVIDADE E MARGENS DE MUDANÇA

As ações dos três dedos refletem outra das características dos movimentos sociais: o recurso a várias formas de protesto (della Porta e Diani 2006 [1999]: 16). Estas são muitas vezes divididas na literatura acerca do tema entre ações formais e ações informais. De acordo com esta distinção, as ações formais ou institucionais englobariam processos em tribunal, petições, debates ou comunicados de imprensa, enquanto as ações informais ou radicais compreenderiam manifestações, boicotes, greves, motins, destruição de propriedade (ludismo) ou ações de desobediência civil (Martínez-Alier *et al.* 2016).

Jeffrey Juris (2014) estabelece ainda uma distinção entre as manifestações formais ou permitidas e as espontâneas ou não oficiais. Na sua visão, os protestos formais são descritos como manifestações, marchas ou comícios que seguem um guião previamente acordado, contam com um percurso estabelecido, com ponto de partida e de chegada a horas determinadas, e um formato de marcha previsível, demarcado pelas autoridades locais. Neste sentido, são percecionadas como eventos pacíficos, em certa medida, rotineiros, que exibem o mundo tal como este já está formado, sem constituir surpresa ou ameaça ao poder vigente.

Contrariamente, os protestos espontâneos ou não oficiais seriam menos formais, podendo abarcar manifestações não comunicadas, *okupações* ou ações diretas. Este tipo de protestos demonstra uma crítica clara à ordem social e à política vigente, através de ações mais livres e disruptivas que introduzem elementos de perigo, medo, incerteza, jogo ou brincadeira, criando uma circunstância realmente excecional. Neste contexto, são construídos terrenos performativos que, pela sua espetacularidade, têm em geral uma maior cobertura mediática, ainda que estigmatizadora, apresentando-os como algo violento ou não legítimo. De todo o modo, as manifestações espontâneas possibilitam aos seus manifestantes tornar visíveis relações de poder desiguais e desafiar códigos simbólicos dominantes, produzindo e comunicando formas alternativas de organização e de sociabilidade a outros militantes, aos decisores políticos e ao público em geral. Aqui, mundos alternativos podem ser imaginados e utopias políticas podem ser representadas através da experiência vivida.

O *Camp-in-Gás* incluiu, deliberada e estrategicamente, uma mistura destas várias formas de protesto, empreendendo tanto ações institucionais – conversas, sessões de esclarecimento, a publicação de artigos, manifestos e comunicados de imprensa – como ações informais, das quais são exemplo a manifestação autorizada do bloco verde; e protestos mais espontâneos ou não oficiais: as ações de desobediência civil dos blocos amarelo e rosa, que poderão ser consideradas formas de ação não tradicionais, inovadoras, simbólicas e altamente performativas (Juris, Pereira e Feixa 2012).

A performatividade das ações dos movimentos sociais pode ser compreendida à luz de vários conceitos da antropologia da *performance*, de forma a enfatizar a sua alta densidade ritual (Juris 2008: 65). Victor Turner fez uma releitura da teoria dos ritos de passagem de Van Gennep (1961) para desenvolver um modelo dramático no qual a *performance*, estando presente em todos os níveis de organização social – do Estado à família – se subdivide em quatro fases distintas, que vão oscilando entre equilíbrios, desequilíbrios e reequilíbrios. A primeira implica uma quebra com a normatividade (1. *breach*); a segunda, um ponto de crise (2. *crisis*); a terceira indica a resolução da crise (3. *redressive process*); a última, uma reintegração ou cisão irreparável (4. *reintegration / recognition of irreparable schism*). A fase da crise caracteriza-se por um estado

dramático de desequilíbrio e por eventos liminais ou liminóides, que Turner descreve como desligados da vida quotidiana. O termo liminóide refere ruturas opcionais com a normalidade, decorrentes nas sociedades modernas industriais. Estas desenvolvem-se à margem do trabalho e das instituições, pertencendo ao domínio da experimentação, do jogo, da brincadeira e/ou do lazer, e podendo integrar críticas sociais ou mesmo manifestações revolucionárias (Turner 2012 [1982]). Este estado liminóide é marcado pela presença “de ideias ambíguas, imagens monstruosas, símbolos sagrados, provações, humilhações, instruções esotéricas e paradoxais, o surgimento de ‘tipos simbólicos’ representados por mascarados e palhaços, inversões de género, anonimato”. É também o lado subjetivo, incerto e espontâneo da cultura: “*the mood of maybe, might-be, as-if, hypothesis, fantasy, conjecture, desire...*” (Turner 1990: 11-12). Enfatiza-se, assim, como um momento *betwixt and between*, caracterizado pela inversão, suspensão ou subversão dos significados e papéis simbólicos quotidianos dados a espaços, insígnias, estatutos, posições, idade ou género (Raposo 2014).

As manifestações organizadas no âmbito do *Camp-in-Gás* transportam-nos, precisamente, para este modelo dramático. Tomando como exemplo a ação organizada pelo bloco amarelo: a primeira fase, de quebra com a normatividade, pode ser ilustrada com o início da manifestação que, como todos os protestos de rua, interrompe o normal funcionamento do espaço público, que é ocupado das mais variadas formas. A segunda fase, de crise, poderá corresponder ao decorrer da ação direta de desobediência civil, começando com o vestir dos macacões brancos e das máscaras de proteção facial – momento altamente performativo – e culminando na invasão do terreno da Australis e na plantação das árvores naquele lugar. Esta é a fase marcada pela dimensão liminóide, caracterizada por reflexividade, criatividade e inversão, criação de novas situações, identidades e realidades sociais. Neste dia não havia máquinas para parar e não apareceram forças da autoridade para travar aquele momento. A terceira fase, de resolução da crise, poderá ser representada por um certo alívio das participantes desta ação, que não sofreram represálias pelos seus atos, não tendo sido registados ferimentos nem detenções. Na quarta fase, as participantes regressam aos seus quotidianos com novas experiências que trazem mudanças para as suas vidas e (talvez) para as vidas de todas as pessoas.

Os protestos podem, pois, constituir-se como dispositivos de mudança, nos quais as pessoas podem refletir sobre a sua própria realidade, propor e ensaiar uma outra vida, mais feliz ou interessante. No entanto, a questão que se coloca é se, no contexto atual, as manifestações políticas conseguem de facto compor este “agente ativo de mudança” enunciado por Turner (1988) e provocar uma transformação perene, uma cisão irreparável – prevista na quarta fase – que dure para lá do tempo liminóide: “A diferença entre mudanças temporárias e permanentes distingue carnaval de revolução”. (Schechner 2012: 190).

Dimensão interna de mudança

“Começamos a fazer outro tipo de ações, nomeadamente para ganhar visibilidade. Começamos a fazer vigílias pelo clima, fizemos quatro diretas em frente à Assembleia da República. E foi muito bom, não só também para as pessoas que iam passando, para as redes sociais, mas especialmente para nos unir enquanto grupo. Porque foram quatro noites [...] que nós passámos a conversar e, hoje em dia, nota-se que as pessoas que estão mais ativas no movimento são essas. São aquelas que também se conseguiram ligar. E vamos dizer que no espaço de sete ou oito meses nós agora damo-nos com pessoas como se nos dessemos há muito tempo, ao ponto de irmos de férias juntos e coisas assim, e isso também foi possibilitado por essas ações.” [Mourana 2020]

As *performances* podem ser transformadoras na medida em que provoquem mudanças junto das pessoas ou dos grupos que nelas participam. Neste sentido, as manifestações políticas podem ser uma forma de propiciar momentos de sociabilização e de aprendizagem coletiva, que criam ou reforçam o sentimento de coesão e de pertença entre as pessoas de um grupo, possibilitando a construção de relações sociais mais fortes e a formação de comunidade. As *performances* não só refletem algo que já existe, mas também são o local onde algo novo é produzido; são as instâncias onde os grupos se constroem, reconstroem e desconstroem (Leal 2015; Schechner 2012).

A dimensão emocional tem aqui um papel muito importante, porque é através da vivência de emoções fortes, comungadas pelos participantes das manifestações (oficiais e não oficiais), que se fortalecem os laços de união, de companheirismo e de solidariedade entre as pessoas, bem como fortes sentimentos igualitários ou de *communitas* (Turner 1969). As emoções motivam as pessoas a continuarem a participar nestes eventos, na medida em que os sentimentos vivenciados durante as *performances* políticas – liberdade, felicidade, excitação, perigo, incerteza, adrenalina – estão normalmente ausentes do quotidiano (Juris 2014).

As *performances* políticas podem, pois, produzir emoções relativamente poderosas e ajudar a forjar novas identidades, desempenhando um papel central na emergência de novas subjetividades e na criação de uma solidariedade afetiva (Juris 2014), necessária para a organização e participação contínua nestes eventos. Neste contexto, para além de contribuírem para criar novos significados, discursos e identidades, podem também contribuir para mudanças culturais a longo prazo, ao mesmo tempo que o sentimento de agencialidade coletiva que produzem pode ajudar a sustentar a sua continuidade (Juris 2014).

Dimensão externa de mudança

Ao mesmo tempo que as *performances* políticas são íntimas, elas são também públicas. De uma maneira geral, as manifestações utilizam a *performance* para comunicar as suas reivindicações, para propor um conjunto de ideias,

identidades, imagens e práticas culturais alternativas; para chamar a atenção para um determinado assunto, formando debate público; para introduzir novos quadros de pensamento; e para motivar as pessoas a participar em eventos futuros. Mas o objetivo de uma *performance* política é, para além de conseguir visibilidade mediática e fazer pressão política, efetivar uma mudança externa, tangível (Juris 2008, 2014).

Atualmente, o espaço público onde se movem as *performances* políticas tende a ser representado como um espaço globalizado, em que uma vasta pluralidade de opiniões e de grupos de interesse coabitam e são debatidos. Aqueles que têm permissão para falar seriam, assim, formadores de opinião, ao mesmo nível que os movimentos de protesto emergentes. No entanto, tal como indica Ana Pais (2017), o interesse público é decidido pelo mercado neoliberal, e a sociedade civil tem influência limitada para pressionar o poder deliberativo. Neste sentido, cabe problematizar qual será o impacto real destas vozes de contestação que marcam presença no espaço público. Como perguntou Pais (2017: 6-7): “Mas alguém é realmente ouvido? Estaremos de facto numa posição de igualdade nessa(s) esfera(s)?”.

Para tentar superar esta posição desigual, as ações de desobediência civil encenam, muitas vezes, imagens espetaculares – “eventos de imagem” – projetadas para romper com os ciclos das agendas mediáticas (Juris 2008: 64). No entanto, é importante questionar se estas *performances* políticas, pelo seu acentuado caráter dramático e espetacular, não se limitarão ao domínio do estético e do simbólico. Ou seja, tal como alerta Juris (2008), existe o perigo de a *performance* se tornar mais sobre a aparência do que sobre o seu efeito concreto, traduzindo-se num protesto meramente simbólico, e não numa mudança material. Tal como Chris Humphrey propõe, “Mostrar o rabo em público, embora seja divertido, não tende a libertar as pessoas das correntes que as prendem a um qualquer sistema económico” (Picard e Robinson 2009: 8).

Por outro lado, Richard Schechner lembra também que, em geral, as ações de rua, comemorativas ou violentas, apesar de gerarem um espaço de maior liberdade, obedecem a uma temporalidade circunscrita, que termina com a restauração da ordem anterior:

“Mais cedo ou mais tarde, num momento definido – quando a igreja tocar os sinos na quarta-feira de cinzas, quando as escolas recomeçarem a funcionar após as férias de primavera, quando um novo governo estiver firme no poder –, o período liminar termina e indivíduos estarão inseridos ou reinseridos nos seus (às vezes novos, às vezes velhos, mas sempre definidos) lugares na sociedade.” (Schechner 2012: 157, 158).

Para as *performances* políticas irem para além do seu simbolismo, caráter íntimo, efemeridade e mediatismo, têm de ser acompanhadas por um trabalho

político constante, que tenha em vista uma transformação social mais perene. Por isso, não é só através das manifestações ou das ações ecologistas que se poderão alcançar mudanças significativas, mas também através de uma organização de base que sustente uma luta contínua dos movimentos sociais, desenvolvida a longo prazo: “O facto de o grupo *Black Panthers* conseguir ajudar a capacitar as comunidades negras, dependeu tanto da sua organização de bases e dos seus programas sociais como dos seus protestos teatrais” (Juris 2014: 243-244).

As *performances* concorrem constantemente para o desenvolvimento desta luta e desta organização contínuas, fornecendo, em boa medida, o cimento de relações e emoções humanas que as fortalecem e revestem, podendo afirmar-se, como Jerry Rubin, que “à medida que criamos as nossas fantasias, criamos a realidade para onde quer que sigamos” (Schechner 2012: 156).

“Ganhámos! Pouco mais de um ano depois do primeiro acampamento de ação em Portugal, da mobilização ímpar na Bajouca por parte da população e de coletivos pela justiça climática, a Australis comunicou a sua renúncia às concessões de gás do centro de Portugal.

Vale a pena lutar! Neste momento já não existem quaisquer contratos ativos para exploração de combustíveis fósseis em Portugal!” [*Camp-in-Gás*]⁷

7 Publicação na página de Facebook, “Ganhámos!”, em 04/09/2020. Disponível em: < <https://www.facebook.com/campingas.pt/posts/pfbid0VfDEMEC5eCWR5zrp9GkxxSVPxQvJ1yjXCRByPhscpa2BNjcKMiTjCLuVLLNbXfXSI> > (última consulta em setembro de 2025).

BIBLIOGRAFIA

- APOSTOLOPOULOU, Elia, e José CORTES-VÁZQUEZ, 2019, *The Right to Nature: Social Movements, Environmental Justice and Neoliberal Natures*. Londres: Routledge, Earthscan.
- AZZELLINI, Dario, 2009, “Disobbedienti / tute bianche”, in Immanuel Ness (org.), *International Encyclopedia of Revolution and Protest*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 1006-1010.
- BAKHTIN, Mikhail, 1984, *Rabelais and His World*, Bloomington: Indiana University Press.
- BARCA, Stefania, 2012, “On working-class environmentalism: an historical and transnational overview”, *Interface – A Journal for and about Social Movements*, 4 (2): 61-80.
- BARCA, Stefania, e Ana Delicado, 2016, “Anti-nuclear mobilisation and environmentalism in Europe: a view from Portugal (1976-1986)”, *Environment and History*, 22: 497-520.
- CINI, Lorenzo, 2017, “Towards a critical theory of social movements: an introduction”, *Anthropological Theory*, 17 (4): 429-452.
- DELLA PORTA, Donatella, e Mario DIANI, 2006 [1999], *Social Movements: An Introduction*, Malden, MA: Blackwell Publishing (2.^a edição).
- FIDÉLIS, Teresa, e Elisabete FIGUEIREDO, 2003, “‘No meu quintal não!’: Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65: 151-173.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo, 2018, “‘Através da natureza campestre e mansa’: agrarismo e lutas pela justiça ambiental em Portugal (séculos XIX e XX)”, in Ana Roque, Cristina Melo et al. (orgs.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*. Porto: CITCEM.
- INTERNATIONAL WORKING GROUP OF ENDE GELÄNDE, 2020, *Shut Shit Down, an Activist’s Guide to Ende Gelände*. Hannover: Die Umweltdruckerei.
- JURIS, Jeffrey S., 2007, “Practicing militant ethnography with the movement for global resistance in Barcelona”, in David Graeber e Stevphen Shukaitis (orgs.), *Constituent Imagination: Militant Investigations, Collective Theorization*. Oakland, CA: AK Press, 164-176.
- JURIS, Jeffrey, 2008, “Performing politics: image, embodiment, and affective solidarity during anti-corporate globalization protests”, *Ethnography*, 9 (1): 61-97.
- JURIS, Jeffrey, 2014, “Embodying protext: Culture and performance within social movements”, in Britta Baumgarten et al. (orgs.), *Conceptualizing Culture in Social Movement Research*, Londres: Palgrave Macmillan, 227-246.
- JURIS, Jeffrey S., Inês PEREIRA, e Carles FEIXA, 2012, “La globalización alternativa y los ‘novísimos’ movimientos sociales”, *Revista del Centro de Investigación*, 10 (37): 23-39.
- LEAL, João, 2015, “Festivals, group making, remaking and unmaking”, *Ethnos – Journal of Anthropology*, 81 (4): 1-16.
- LITTLE, Paul Elliot, 2006, “Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico”, *Horizontes Antropológicos*, 12 (25): 85-103.
- MACGREGOR, Sherilyn, 2017, *Routledge Handbook of Gender and Environment*. Londres: Routledge.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan, 1995, *El Ecologismo de los Pobres: Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. Barcelona: Icaria Editorial.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan, e Stephen NARON, 2004, “Ecological distribution conflicts and indicators of sustainability”, *International Journal of Political Economy*, 34 (1): 13-30.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan, et al., 2016, “Is there a global environmental justice movement?”, *The Journal of Peasant Studies*, 43 (3): 731-755.

MOLINA, Manuel Gonzalez de, e Juan MARTÍNEZ-ALIER (orgs.), 1993, *Historia y Ecología*. Madrid: Marcial Pons.

MUNIZ, Lenir Moraes, 2009, “Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais”, *Revista Pós Ciências Sociais*, 6 (12): 181-196.

PAIS, Ana, 2017, “Sentir, pensar, agir”, in Ana Pais (org.), *Performance na Esfera Pública*. Lisboa: Orfeu Negro, 5-13.

PICARD, David, e Mike ROBINSON, 2009, *Festivals, Tourism and Change*. Clevedon: Channel View Publications.

RAPOSO, Paulo, 2014, “Festa e *performance* em espaço público: tomar a rua!”, *Ilha – Revista de Antropologia*, 16 (2): 89-114.

RAPOSO, Paulo, 2017, “*Performance*, activismo e esfera pública: arquivo, repertório e re-*performance* nos novíssimos movimentos sociais”, in Ana Pais (org.), *Performance na Esfera Pública*. Lisboa: Orfeu Negro, 199-209.

ROBERTS, Jason, 2020, “Political ecology”, in Felix Stein *et al.* (orgs.), *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology* (CEA). Cambridge: Department of Social Anthropology of the University of Cambridge, 1-17.

SALMAN, Ton, e Willem ASSIES, 2017, “Anthropology and the study of social movements”, in Conny Roggeband e Bert Klandermans (orgs.), *Handbook of Social Movements across Disciplines*. Cham: Springer International Publishing, 57-101.

SCHECHNER, Richard, 2012, *Performance e Antropologia de Richard Schechner*, Zeca Ligiéro (org.). Rio de Janeiro: MAUAD Editora.

SCHEPER-HUGHES, Nancy, 1995, “The primacy of the ethical: propositions for a militant anthropology”, *Journal Current Anthropology*, 36 (3): 409-440.

TURNER, Victor, 1969, *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Brunswick e Londres: Aldine Publishing Company.

TURNER, Victor, 1988, *The Anthropology of Performance*. Nova Iorque: PAJ Publications.

TURNER, Victor, 1990, “Are there universals of performance in myth, ritual, and drama?”, in Richard Schechner e Appel Willa (orgs.), *By Means of Performance: Intercultural Studies of Theatre and Ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 8-18.

TURNER, Victor, 2012 [1982], “Liminal ao liminoide: em brincadeira, fluxo e ritual: um ensaio de simbologia comparativa”, *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, 17 (2): 214-257.

VAN GENNEP, Arnold, 1961, *The Rites of Passage*. Londres: Routledge.

Receção da versão original / Original version	2023/05/16
Receção da versão revista / Revised version	2024/10/15
Receção da segunda versão revista / Second revised version	2025/06/21
Aceitação / Accepted	2025/09/02